

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 38.332 - MG (2019/0182822-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECLAMANTE : LEANDRO SEIDEL MORANDI
ADVOGADO : FABIO TERTULIANO MARQUES DE OLIVEIRA - MG096965
RECLAMADO : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : VIVO S/A
ADVOGADOS : MARIANA DE ANDRADE VEIGA E SILVA - MG115972
CAMILA GUERRA BITARAES - MG134392
LUANA DE CARVALHO DRUMMOND GODINHO - MG132412

DECISÃO

Cuida-se de reclamação ajuizada por **LEANDRO SEIDEL MORANDI**, com fundamento na Resolução n.º 3/2016 do STJ, contra acórdão proferido pela **TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS/MG** (fl. 1-13).

É o relatório.

Decide-se.

A reclamação **não** merece conhecimento.

1. Em que pesem os argumentos deduzidos pelo reclamante, a Resolução n.º 12, de 14 de dezembro de 2009, que disciplinava o instituto da reclamação - instrumento processual vocacionado para dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a orientação jurisprudencial consolidada por esta Excelsa Corte - foi **tacitamente** revogada pela Resolução n.º 03, de 07 de abril de 2016, a qual, disciplinando a mesma matéria, atribuiu às **Câmaras Reunidas ou às Seções Especializadas dos respectivos Tribunais de Justiça a competência para a execução de tal mister.**

2. Ademais, deve-se ressaltar que a declaração de inconstitucionalidade da Resolução n.º 3/2016 do STJ, pretendida pela Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais por meio da Arguição de Inconstitucionalidade n.º 1.0000.16.039708-9/001, possui efeitos *inter partes*, de modo a alcançarem tão somente as partes envolvidas naquele incidente. No mesmo sentido, confirmam-se: **Rcl 36.895/MG**, rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe. 11/12/2018; **Rcl 36.868/MG**, rel. Ministro ANTÔNIO CARLOS FERREIRA, DJe. 11/12/2018; **Rcl 36.853/MG**, RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe. 10/12/2018; **Rcl 36.883/MG**, LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 04/12/2018.

Superior Tribunal de Justiça

3. Ante o exposto, **não se** conhece da presente reclamação e, por conseguinte, determina-se a remessa do presente ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais/MG (art. 1º, da Resolução STJ n. 03/2016).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

